

OPERAÇÃO LAVA JATO

O QUE CONSTA NAS PLANILHAS



Alexandre Passos
(PT)
Ano: 2010
Candidato a deputado estadual

Valor: R\$ 30 mil

Propósito: "Pedido de apoio solicitado por João Coser"



Iriny Lopes
(PT)
Ano: 2010
Candidata a deputado federal

Valor: R\$ 50 mil

Propósito: "Disposição para apresentar emendas/projetos de interesse da companhia"



Guilherme Lacerda
(PT)
Ano: 2010
Candidato a deputado federal

Valor: R\$ 150 mil*

Propósito: "Defensor de concessões e privatizações" *em três parcelas



Esmael Almeida
(PMDB)
Ano: 2010
Candidato a deputado estadual

Valor: R\$ 50 mil

Propósito: "Defensor de concessões e privatizações"



César Colnago
(PSDB)
Ano: 2010
Candidato a deputado federal

Valor: R\$50 mil

Propósito: "Disposição para apresentar emendas/projetos de interesse da companhia"



Max Filho
(PSDB)
Ano: 2012
Candidato a prefeito

Valor: R\$ 80 mil

Propósito: "Desenvolvimento de projetos de infraestrutura de interesse da empresa"



Sérgio Borges
(sem partido)
Ano: 2010
Candidato a deputado estadual

Valor: R\$ 50 mil

Propósito: "Disposição para apresentar emendas / defender projetos no interesse da companhia"



Audifax Barcelos
(Rede)
Ano: 2012
Candidato a prefeito

Valor: R\$ 100 mil

Propósito: "Desenvolvimento de projetos de infraestrutura de interesse da empresa"

TAMBÉM CONSTAM NA LISTA DE BJ:



Luciano Rezende
(PPS)



Luiz Paulo Vellozo Lucas
(PSDB)



Paulo Hartung
(PMDB)



Renato Casagrande
(PSB)



Ricardo Ferraço
(PSDB)

Infografia

EXECUTIVO SUGERE TROCA DE CAIXA 2 POR BENEFÍCIOS

Anotações da Odebrecht revelam propósito de repasses a capixabas

RAFAEL SILVA
rfeitas@redgazeta.com.br

As contribuições da Odebrecht em caixa dois efetuadas para políticos capixabas, segundo delações de ex-executivos da empresa, teriam como objetivo garantir apoio a concessões, privatizações e projetos da empreiteira em prefeituras da Grande Vitória. Além disso, interesses em votações de projetos na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa norteariam os repasses.

Documento entregue à Procuradoria Geral da República (PGR) pelo ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Júnior (o BJ) mostra quais eram os propósitos dos repasses feitos a oito candidatos capixabas a deputado estadual, depu-

COMPLICADOS

15
capixabas

Até aqui, esse é o total de políticos já mencionados por ex-executivos da Odebrecht, considerando delações e planilhas.

tado federal e prefeito nas eleições de 2010 e 2012, conforme A GAZETA revelou no último sábado.

Os apontados por BJ são o vice-governador César Colnago (PSDB); o prefeito de Vila Velha, Max Filho (PSDB); o prefeito da Serra, Audifax Barcelos (Rede); a ex-deputada federal Iriny Lopes (PT); o conselheiro do Tribunal de Con-

tas do Estado Sérgio Borges (ex-PMDB); o ex-presidente da Funcef Guilherme Lacerda (PT); o deputado estadual Esmael Almeida (PMDB); e o ex-presidente da Câmara de Vitória Alexandre Passos (PT).

Apesar de citados, esses oito políticos não estão na lista do relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Edson Fachin.

OS INTERESSES

Nas eleições de 2010, César Colnago concorreu ao cargo de deputado federal, para o qual foi eleito. Segundo a planilha, o tucano teria recebido R\$ 30 mil, após um contato com o então superintendente da Odebrecht em Minas Gerais e Espírito Santo, Sérgio Neves, para que se dis-

pusesse a "apresentar emendas/projetos de interesse da companhia".

O documento ainda consta que Iriny teria recebido R\$ 50 mil via caixa dois para defender os interesses da Odebrecht em votações. O hoje conselheiro Sérgio Borges também teria recebido a mesma quantia para indicar projetos favoráveis à empreiteira na Assembleia.

A planilha ainda contempla os candidatos a prefeito em 2012 Audifax Barcelos (à época no PSB e hoje na Rede) – que venceu naquele ano a eleição para a Prefeitura da Serra – e Max Filho (PSDB), derrotado na disputa da Prefeitura de Vila Velha naquele ano.

Segundo anotações de Benedicto Júnior, a Odebrecht contribuiu com ambos a

NÃO DECLARADOS

R\$ 4,9
milhões

É a soma dos repasses via caixa dois aos políticos citados na lista apresentada por Benedicto Júnior.

fim de que, caso eleitos, desenvolvessem projetos de infraestrutura de interesse da empresa nos municípios.

A Audifax teriam sido repassados R\$ 100 mil, enquanto Max é apontado como receptor da quantia de R\$ 80 mil.

PRIVATIZAÇÕES

Interessado na privatização de empresas estatais no

Espírito Santo, BJ também pagou caixa dois a candidatos que defendessem "concessões e privatizações".

Na planilha constam repasses ao atual deputado estadual Esmael Almeida (PMDB), no valor de R\$ 50 mil, sob esse propósito.

O pagamento teria sido realizado em 2010, quando o peemedebista disputou o cargo para a Assembleia, mas não foi eleito.

O petista Guilherme Lacerda, que se candidatou ao cargo de deputado federal em 2010 e também não se elegeu, é outro que teria recebido recursos ilegais para defender "concessões e privatizações" em Brasília. Ele foi supostamente contemplado com R\$ 150 mil pagos pela empreiteira em três parcelas, antes da eleição.



Citados negam benefícios ilegais e criticam “massacre público”

Políticos alegam que provas são insuficientes e que delação não pode virar condenação

RAFAEL SILVA
rfeitas@redegazeta.com.br

Após terem seus nomes incluídos em planilhas e depoimentos de ex-executivos da Odebrecht, que os colocam como participantes em atividades ilícitas, boa parte dos citados reclama da precipitação da sociedade ao considerá-los corruptos.

A ex-deputada federal Iriny Lopes (PT), por exemplo, chamou a repercussão das delações de “massacre público” e lembrou que os delatores incluíram o nome de pessoas que “tiveram toda uma vida dedicada a uma causa política na vala comum da corrupção”.

“Sobre o suposto pretexto de que teria recebido recursos para defender interesses da empreiteira na Câmara dos Deputados, sempre votei em propostas que eram de interesse do país e nunca pedi contrapartidas para isso. Desde que começou, este processo (Lava Jato) tem sido seletivo a fim de atingir a esquerda e o PT. Enquanto a sociedade assiste isso como se fosse uma novela, o país está sendo vendido, com direitos da classe trabalhadora sendo cassados



Ex-deputada Iriny Lopes criticou prejulgamentos

no Congresso”, desabafa.

DEFESA CONTRATADA

Três dias depois de ver seu nome citado na planilha de pagamentos do ex-executivo Benedicto Júnior, o deputado estadual Esmael Almeida (PMDB) contratou um advogado na última segunda-feira, mesmo que ainda não esteja sendo processa-

FERNANDO MADEIRA - 28/04/2014

do judicialmente.

Sérgio Carlos de Souza, novo defensor do parlamentar, conta que o deputado está “extremamente abatido” e nega que ele tenha recebido qualquer recurso em caixa dois.

“Esmael é servidor aposentado da Cesan e é veementemente contra sua privatização, tema que vem sendo retomado agora e sur-

ge como propósito para que ele tenha recebido contribuições ilícitas. Ele também é contra a privatização do Banestes. O interesse dele é representar os evangélicos na Assembleia e levantar as bandeiras e defender valores da família”, afirma.

NOTAS

O prefeito da Serra, Audifax Barcelos (Rede) informa que “recebeu em 2012 R\$ 100 mil do PSB Nacional, dentro da legalidade, conforme consta na prestação de contas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e não em caixa dois”.

Luiz Paulo (PSDB) manteve o posicionamento e disse que não tem nada a acrescentar ao que já declarou. Em sua página em uma rede social, ele postou que “prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários”.

Max Filho (PSDB) também permanece com o mesmo posicionamento da última sexta-feira. Diz que nunca destinou recursos à Odebrecht e nem recebeu doações que não tenham sido declaradas à Justiça.

Procurado pela reportagem, o vice-governador César Colnago (PSDB) não quis se pronunciar. O ex-presidente do Funcef Guilherme Lacerda e o conselheiro do TCES Sérgio Borges não atenderam às ligações.

Coser teria pedido dinheiro para aliado



ALES

Ex-prefeito de Vitória se disse triste com citação

Presidente da Câmara Municipal de Vitória em 2010, Alexandre Passos (PT) é outro político capixaba que aparece na planilha de BJ com supostos repasses operacionalizados por meios ilegais.

O pagamento, de R\$ 30 mil em caixa dois, teria sido solicitado pelo então prefeito de Vitória, João Coser (PT), aliado do petista. Passos disputava o cargo de deputado estadual, mas não foi eleito.

Ele nega qualquer repasse da Odebrecht a sua campanha e afirma que Coser apoiou não só a ele como a outros candidatos nas eleições de 2010, mas não intermediou nenhum

repasso pela empreiteira.

“Eu não conheço ninguém da Odebrecht. Nunca estive com nenhum desses executivos e nem recebi nenhuma contribuição. Não solicitei falar sobre esse assunto com ninguém. Coser me apoiou, como também estive ao lado de outras pessoas naquela eleição, mas nunca conversei sobre contribuições como essa com ele”, conta.

Ex-prefeito de Vitória, João Coser disse estar triste e frisou que vê “de forma lamentável” a citação de seu nome nas delações.

“Não atuei e nem pedi nada para Alexandre ou qualquer outro candidato”, escreveu, em nota.

Odebrecht pede desculpas por “constrangimento”

O presidente da Odebrecht, Newton de Souza, distribuiu uma carta aos funcionários da empresa pedindo desculpa pelo constrangimento que os relatos dos delatores das empresas estão causando a eles e suas famílias. Ressaltou, porém, que essa etapa é “dolorosa”, mas que seria impossível reconstruir a empresa sem passar por ela.

“Esta etapa de tanta exposição negativa para a

Odebrecht é dolorosa, mas necessária. Nós precisávamos passar por isso. Seria impossível reconstruir a empresa que queremos para o futuro sem enfrentar a realidade de fatos ocorridos anteriormente e que só agora vocês e a sociedade passaram a conhecer”, escreveu.

O presidente da companhia disse ser necessário pedir escusas pelos “constrangimentos que os relatos dos colaboradores es-

tão causando a vocês e às suas famílias”.

SURPRESA

A carta fala sobre os depoimentos das dezenas de executivos e ex-executivos da Odebrecht que foram tornados públicos pelo Supremo Tribunal Federal na semana passada e afirma que o conteúdo surpreende até mesmo os integrantes da empresa.

O presidente da emprei-

teira lembra que “reconhecer erros, pedir desculpas, pagar pelos crimes cometidos e indicar outros responsáveis com apoio de provas” foram compromissos assumidos pela Odebrecht quando firmou acordos com a Justiça, além de reconstruir a empresa “em padrões de ética, integridade e transparência”.

“A Odebrecht ofereceu todas as condições para que os 77 colaboradores que prestaram depoimento estivessem absolutamente tranquilos em relação à própria sobrevivência e à de suas famílias”, explicou Souza. (AG)



MARCOS ALVES/AG

Sede da Odebrecht: momento doloroso é necessário

OPERAÇÃO LAVA JATO



PEDIDO DE DOAÇÕES

Delator diz à força-tarefa que Hartung coordenava repasses

LEONARDO DUARTE/SECOM E REPRODUÇÃO/MPF

Em depoimento por escrito entregue à Lava Jato, BJ cita reunião na Residência Oficial

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Em depoimento por escrito, entregue ao Ministério Público Federal como parte de sua delação premiada, o ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedito Júnior, o BJ, afirma que cabia ao governador Paulo Hartung (PMDB) coordenar arrecadações de campanhas eleitorais e que um dos pedidos feitos por ele teria ocorrido dentro da Residência Oficial da Praia da Costa, em Vila Velha.

“A companhia sempre esteve presente no Espírito Santo e, tendo em vista os interesses econômicos em novos projetos, foram feitas doações para Paulo Hartung e seu grupo político. As doações foram feitas de duas formas: contribuições oficiais e pagamentos utilizando recursos de caixa dois. Cabia a Paulo Hartung a coordenação das arrecadações das campanhas eleitorais”, relatou BJ aos investigadores da Operação Lava Jato. A GAZETA teve acesso ao documento.

Em depoimento registrado em vídeo, BJ já havia informado que houve repasses para as campanhas de 2010 e 2012 a pedido de Hartung, ainda que ele não tenha disputado as eleições naqueles anos. Os beneficiários seriam aliados do peemedebista, ainda de acordo com o delator.

No texto, ele detalha um pedido feito por Har-



tung em 2010 e informa as datas em que os pagamentos foram feitos. Os repasses, segundo BJ, foram operacionalizados por meio do então secretário de Transportes e Obras Públicas da gestão Hartung, Neivaldo Bragato. E é neste trecho que a Residência Oficial é mencionada.

“Em 2010, Paulo Hartung me solicitou apoio para campanhas de aliados políticos locais, em reunião rea-

INDIGNAÇÃO

“Estou indignado. Essa delação em relação à minha pessoa não é uma delação, é um delírio”

PAULO HARTUNG (PMDB) GOVERNADOR, em entrevista à TV Gazeta no dia 12

lizada na residência oficial do governo, em Vila Velha, tendo sido realizada contribuição no valor de R\$ 1 milhão, por meio de caixa dois, através da equipe de Hilberto Silva (então diretor do setor de operações estruturadas da Odebrecht), em quatro parcelas no valor de R\$ 250 mil cada em: 14/09/2010; 21/09/2010; 21/09/2010 e 29/09/2010. Tenho a informação de que as entregas foram destina-

1.4.1. Paulo Hartung

Campanhas para Governador do Espírito Santo em 2010 e 2012

Quando exerci a função de Diretor Superintendente da região Sudeste, da área de infraestrutura da CNO no Brasil, desenvolvi uma relação de proximidade com Paulo Hartung, que acabou tornando-se uma grande liderança política do Estado do Espírito Santo (Governador de 2002 a 2010).

Paulo Hartung tinha como meta realizar projetos de infraestrutura de grande porte, principalmente para a Grande Vitória (notadamente, o túnel Vitória Vila Velha e projetos de Saneamento), inclusive via PPP's.

A companhia sempre esteve presente no Espírito Santo e tendo em vista os interesses econômicos em novos projetos, foram feitas doações para Paulo Hartung e seu grupo político. As doações foram feitas de duas formas: contribuições oficiais e pagamentos utilizando recursos de Caixa 2. Cabia a Paulo Hartung a coordenação das arrecadações das campanhas eleitorais.

Em 2010, Paulo Hartung me solicitou apoio para campanhas de aliados políticos locais, em reunião realizada na Residência Oficial do Governo, em Vila Velha, tendo sido realizada contribuição no valor de R\$ 1 milhão, por meio de Caixa 2, através da equipe de Hilberto Silva, em 4 parcelas no valor de R\$ 250 mil cada em: 14/9/10, 21/9/10, 21/9/10, 29/9/10. Tenho a informação de que as entregas foram destinadas a Neivaldo Bragato e realizadas em hotéis no Rio Janeiro.

Em 2012, Paulo Hartung novamente me solicitou apoio para a campanha municipal de aliados políticos, em reunião ocorrida em seu escritório na Avenida Nossa Senhora da Penha, em Vitória. A operacionalização dos pagamentos ocorreu através de Neivaldo Bragato. Foi realizado pagamento de R\$ 80 mil na semana iniciada em 03/09/12, pela equipe de Hilberto Silva. Pelo que fui informado, este valor foi entregue ao beneficiário

Governador é citado em depoimento por escrito de Benedito Júnior (reprodução acima) à Lava Jato

A FUNÇÃO

“Cabia a Paulo Hartung a coordenação das arrecadações das campanhas eleitorais”

BENEDITO JÚNIOR
EX-EXECUTIVO
DA ODEBRECHT

Carneiro, em um escritório de campanha em Vitória.

Assim como no vídeo, BJ diz que não houve contrapartidas à Odebrecht devido às doações. O delator disse que apenas pressupõe que Hartung saiba que os repasses foram por caixa dois.

O OUTRO LADO

Procurado por A GAZETA ontem, o governador não se manifestou. Em entrevista à TV Gazeta no último dia 12, Hartung classificou o relato como “um delírio” e ressaltou que não disputou as eleições de 2010 e 2012.

Hoje membro do Conselho de Administração do Baneses, Neivaldo Bragato, por meio de nota, classificou as declarações do delator como “absurdas e descabidas”. Roberto Carneiro, diretor da Assembleia Legislativa, astachou de “mentirosas”.

Executivo revela: propina nunca à vista

Na Odebrecht, não havia pagamentos à vista. A propina e as doações de campanha não registradas eram repassadas em parcelas aos políticos. Se tudo fosse pago de uma vez, havia o risco de o beneficiado voltar e pedir ainda mais. Em parcelas, se ele voltasse a cobrar o dinheiro, seria dada uma parte do acertado inicialmente.

O relato faz parte da delação premiada de Hilberto Mascarenhas, executivo que chefiava o departamento de propinas da Odebrecht.

“Era parcelado por dois motivos. Primeiro porque os valores eram altos. E segundo, se eu desse tudo de vez, ele (o político) podia de novo mais adiante (pedir) mais. Então (a Odebrecht) ficava

sempre devendo para poder dizer: “não, eu ainda tenho para lhe dar”. E dava. Porque se desse tudo de uma vez, adiante (o político) vai dizer: ‘não deu, preciso de mais para minha campanha’, explicou Hilberto, rindo ao final, em depoimento prestado em dezembro de 2016.

Ele contou que a empresa chegou a fazer paga-

mentos à vista, mas a experiência não deu certo: “Tivemos experiência de pagar tudo de uma vez e o cara voltar e pedir mais.”

No mesmo depoimento, ele disse que a empreiteira comprou por R\$ 22 milhões um terreno em São Paulo para a sede do Instituto Lula. Mas o lote não foi usado. (AG)



Hilberto Mascarenhas depôs à Lava Jato em dezembro

JORGE WILLIAN/AG

vwogas@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



Em bloco, os deputados José Esmeraldo (PMDB), Padre Honório Siqueira (PT) e Gilsinho Lopes (PR) protocolaram ontem requerimento solicitando retirada do nome da CPI da Cesan.

O cartola e o centroavante

Os documentos anexados às petições de abertura de inquérito apresentadas pela PGR ao Supremo revelam o possível envolvimento de alguns coadjuvantes da política capixaba na arrecadação de recursos não declarados para campanhas eleitorais (caixa dois). Na delação de Benedito Júnior, o BJ, relativa ao governador Paulo Hartung (PMDB), e em planilha entregue pelo delator à força-tarefa da Lava Jato, Neivaldo Bragato é citado como intermediário de repasses ilícitos, supostamente a pedido do governador – conforme abordado aqui ontem.

Mas BJ também apresentou à Lava Jato informações referentes ao ex-governador Renato Casagrande (PSB). Em planilha entregue à Lava Jato pelo ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura, emerge um novo personagem, este próximo ao ex-governador, como possível receptor de recursos via caixa dois. Trata-se do economista Gradiston Coelho da Silva, politicamente ligado a Casagrande, porém mais conhecido por sua atuação como dirigente no futebol capixaba.

Conforme depoimentos de BJ e de Sérgio Neves, outro ex-executivo da Odebrecht que também fez acordo de delação, Casagrande teria recebido R\$ 1,8 milhão via caixa dois na campanha de 2010. Os recursos teriam sido pagos em sete parcelas de R\$ 250 mil e uma de R\$ 50 mil. Nas quatro primeiras entregas, de acordo com outra planilha entregue por BJ e anexada à sua delação referente a Casagrande, Gradiston teria sido a pessoa responsável por recolher pessoalmente o dinheiro repassado em espécie, perfazendo um subtotal de R\$ 1 milhão.

Os pagamentos, segundo dados registrados no documento, aconteceram nos dias 20, 22, 27 e 29 de julho daquele ano, no “Apart Hotel Clan Ville Ema” – na verdade, Hotel Clan Villa Emma –, localizado no boêmio bairro de Savassi,

no centro-sul de Belo Horizonte (MG). Tudo isso consta na coluna de observações da planilha. Quanto às outras três entregas, inteirando os R\$ 800 mil restantes, não há registro do nome do receptor nem do endereço da entrega.

Vinculado ao “Centroavante”, como Casagrande foi rebatizado nos registros do departamento de propinas da Odebrecht, Gradiston foi diretor financeiro do Rio Branco Atlético Clube durante a gestão de Maurício Duque (2008-2016) e é, atualmente, conselheiro titular do tradicional clube de futebol. Filiado ao PSB, o próprio Duque, além de cartola do Rio Branco, foi coordenador da campanha de Casagrande ao governo em 2010 e secretário de Estado da Fazenda durante todo o governo do socialista (2011-2014).

Gradiston também foi alvo da 35ª fase da Operação Lava Jato (Omertà), realizada em agosto de 2016. Na ocasião, foi levado a depor na Superintendência da Polícia Federal, em Vila Velha, mediante um mandado de condução coercitiva. Na ocasião, os procuradores do MPF encontraram indícios de que ele teria recebido “recursos espúrios” na capital mineira, no mesmo hotel agora indicado pelo delator. Questionado à época sobre qual foi o conteúdo do depoimento que prestou, o economista disse que não poderia revelar o tema da conversa. “Fui para ser ouvido por determinada coisa e não posso falar nada sobre. Se quiser, precisa buscar informações na PF”, respondeu.

O economista foi procurado ontem pela coluna para comentar a citação do seu nome na planilha de BJ, mas não atendeu às ligações nem respondeu à

mensagem enviada por e-mail.

Gradiston foi vice-presidente da Junta Comercial do Espírito Santo entre setembro de 2011 e setembro de 2015. Ele também presidiu o Conselho Regional de Economia (Corecon-ES) e foi assessor técnico da Secretaria Municipal da Fazenda de Vitória, chegando a assumir a pasta durante a gestão de João Coser (PT).

Portanto, um ex-dirigente capa-preta, como é conhecida a torcida do Rio Branco, é apontado como receptor de caixa dois do “Centroavante” Renato Casagrande – que aliás gosta mesmo de futebol e tem simpatia pela equipe do Vitória. Resta saber se, no caso de Gradiston, essa tal “capa preta” realmente está encobrindo algo mais.



CENA POLÍTICA

“Centroavante” nas planilhas da Odebrecht, Casagrande foi assim denominado em alusão ao ex-atacante Walter Casagrande, que fez sucesso no Corinthians durante os anos 1980. Já que a coluna de hoje trata de um cartola, vale lembrar que o time paulista foi dirigido nessa época pelo len-

dário Vicente Matheus, autor de algumas frases imortais. A situação de Casagrande hoje não é nada fácil. Mas, como diria Matheus, “o difícil, vocês sabem, não é fácil”. Só que “o jogo só acaba quando termina”. E, neste caso, a partida está apenas começando no campo jurídico.

Fechou mesmo

Em depoimento à Lava Jato, o ex-executivo da Odebrecht Sérgio Neves comenta que o hotel Clan Villa Emma, de BH, onde teriam sido feitos repasses para a campanha de Casagrande, já nem funciona mais. De fato, em pesquisa no site Google Maps, o hotel é apontado como “permanentemente fechado”.

Palavras de BJ

Em depoimento gravado em vídeo, BJ contou aos procuradores: “Essa planilha é uma expressão contemporânea do que temos dentro do Drouzys (sistema de registros de pagamentos indevidos usado pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht). Tem o endereço da entrega e a gente pode depois com clareza identificar quem estava fazendo essa recepção pelo candidato (Casagrande) ou pelo assessor que combinou com Sérgio Neves (Paulo Brusqui)”.

Defesa de Casagrande

Desde a última quarta-feira, Renato Casagrande admite ter realizado reuniões com representantes da Odebrecht, solicitado a eles ajuda financeira a sua campanha em 2010 e discutido projetos de infraestrutura para o Estado, já como governador, no Palácio Anchieta. O ex-governador nega, contudo, ter pedido qualquer pagamento pela via ilegal, muito menos mediante oferecimento de qualquer contrapartida. Ele pediu ao comitê de sua campanha em 2010 que esclareça o modo como foram feitos os repasses.

Em alta no STF

Casagrande é botafoguense roxo e gosta (ou gostava) de jogar futebol, tendo atuado como zagueiro em campeonatos amadores durante a juventude em times de Castelo, como o América e o Comercial. No sistema de códigos da Odebrecht, o PSB é o Sport Recife (em alta ontem no STF, com a decisão favorável ao clube, referente ao Campeonato Brasileiro de 1987). Será que o PSB e o próprio Casagrande terão a mesma sorte diante da Justiça?

OPERAÇÃO LAVA JATO



PEDIDO À ODEBRECHT

Casagrande sempre soube que doação era caixa 2, afirma delator

Benedicto Júnior disse que volume repassado a socialista não tinha como ser por via oficial

▄ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Aos procuradores da Lava Jato, o ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Júnior, o BJ, afirmou em seu acordo de delação premiada que o ex-governador Renato Casagrande (PSB) sabia que o repasse de R\$ 1,8 milhão para sua campanha ao governo do Estado aconteceria via caixa 2. Além disso, segundo o delator, o próprio socialista pediu o valor específico.

“Ele veio ao meu escritório, na Praia de Botafogo, acompanhado de um assessor dele, chamado Paulo Brusqui, no intuito de me conhecer e onde ele fez o pedido para que eu fizesse doação de campanha para a candidatura dele num valor substancial, de R\$ 1,8 milhão, em forma de caixa 2. Essa conversa foi explícita na nossa conversa. Ou seja, até pelo volume, a gente jamais faria uma doação oficial para um candidato a governador, nem para o Estado de São Paulo, nesse volume”, disse.

Ainda de acordo com BJ, Casagrande também teria pedido apoio financeiro à candidatura de Luciano Rezende (PPS), seu aliado, em 2012. Esse pedido teria acontecido no

Palácio Anchieta.

“Informei a ele que seria pago de forma ilícita, via caixa 2, pelo nosso setor de Operações Estruturadas e pedi ao Sérgio (Neves, superintendente da Odebrecht para Espírito Santo e Minas Gerais) que combinasse com Paulo Brusqui a forma de fazer o pagamento”, delatou BJ.

Esses supostos repasses ilegais a pedido de Casagrande já tinham sido delatados à Lava Jato por Sérgio Neves. O ex-superintendente da empreiteira, contudo, não havia falado – nem a ele havia sido perguntado – se o ex-governador capixaba sabia ou não da natureza do dinheiro.

Neves também não disse, nem foi perguntado pelos procuradores, se foi Casagrande que pediu os valores específicos de R\$ 1,8 milhão e R\$ 500 mil. O depoimento de BJ sana essa dúvida.

Tanto Neves quanto BJ disseram que o apoio financeiro, em 2010, se deu por interesse em projetos que poderiam vir a ser desenvolvidos em caso de vitória de Casagrande. Nenhum benefício à empreiteira foi materializado, contudo.

“Os projetos que nós vislumbramos ele não teve capacidade de desenvolvê-los, não teve tempo”, disse BJ, antes de complementar: “Ele (Casagrande) falava que ia acelerar, que ia avaliar, mas acabou



Renato Casagrande foi citado por dois delatores

não se materializando”.

O OUTRO LADO

O ex-governador Renato Casagrande confirmou a reunião de 2010, no Rio, mas afirmou que usou o encontro apenas para pedir recursos oficiais para sua cam-

panha ao governo. De acordo com o socialista, em momento algum os presentes ao encontro trataram de caixa 2. Ele disse que a delação de BJ não é verdadeira.

Para o socialista, há contradições nas duas delações que o envolvem. Ele cita,

DIVULGAÇÃO/FJM

REPRODUÇÃO/STF



Benedicto Júnior prestou depoimento em delação

INTERESSE

“Tinha alguns projetos que poderiam interessar a Odebrecht (...) E a probabilidade de ele ganhar (a eleição) era grande”

BENEDICTO JÚNIOR
DELATOR DA ODEBRECHT

por exemplo, o fato de Neves ter afirmado que houve reunião com Casagrande para acertar doações para a campanha de reeleição dele, em 2014, e BJ ter dito, em vídeo, que não houve – embora este tenha feito menção ao encontro no depoimento escrito.

“Naturalmente, não pe-

di recurso de caixa 2. Fui pedir ajuda para a campanha. Não tem ninguém aqui fora de controle. Minhas visitas a empresas foram na época que a legislação permitia”, disse o ex-governador.

Casagrande disse, ainda, que cabia ao comitê financeiro, liderado por Brusqui, operacionalizar os repasses oficiais. E que, se a investigação encontrar ilícitos, caberá a Brusqui se manifestar sobre eles.

Luciano Rezende reenviou nota. “Como ficou bem claro no vídeo com o depoimento do delator, jamais tive contato com essa pessoa ou qualquer outro representante dessa empreiteira”. Paulo Brusqui, em nota, já havia dito que vai apresentar sua defesa quando for acionado pela Justiça.

JOSÉ CRUZ/ABR - 15/03/2017



Lula fez intervenção para que dinheiro combinado fosse pago em dólar

Campanha em El Salvador teve interferência de Lula

▄ Quando o pedido é em dólar, mas o pagamento autorizado é em real, um resultado é certo: alguém vai reclamar. Foi o que aconteceu durante a eleição presidencial de El Salvador em 2009, vencida por Mauricio Funes, que contou com os serviços do marqueteiro brasileiro João Santana, pago pela Odebrecht.

Segundo Hilberto Mascarenhas, executivo que chefiava o chamado “departamento da propina” da

empresa, o problema só foi resolvido após intervenção do então presidente Lula.

O custo da campanha de Funes totalizava US\$ 3 milhões, o que dava cerca de R\$ 5,3 milhões pelo câmbio da época. Mas Marcelo Odebrecht trocou a moeda e autorizou “apenas” R\$ 3 milhões.

O valor maior viria a ser autorizado depois por Emílio Odebrecht, pai de Marcelo e presidente do Conselho de Administra-

ção da empreiteira, após ser chamado para uma conversa em Brasília.

Em depoimento prestado em 15 de dezembro de 2016 como parte de sua delação premiada, Hilberto sugeriu que o erro foi proposital. “Eu acredito, conhecendo as pessoas envolvidas, que sempre foram US\$ 3 milhões. Mas que era gostoso entender diferente. Então Marcelo tinha esse tipo de coisa”, afirmou. (AG)